

CDU 301.19 (81)

A IDENTIDADE DO SOCIÓLOGO NO BRASIL – A CONTRIBUIÇÃO DE DONALD PIERSON*

Sebastião Vila Nova

Sociólogos, identidade profissional e sociedade burguesa

O que significa ser sociólogo no Brasil? O que representa ser sociólogo para quem de algum modo exerça essa ocupação ou, como quer que seja, se considera como tal na sociedade brasileira? Qual o papel desempenhado por Donald Pierson, durante os anos em que ensinou e pesquisou no Brasil, no processo de definição do papel e, em consequência, da identidade do sociólogo nesta sociedade? Que concepção de sociólogo – e não apenas de sociologia – trouxe Pierson para o Brasil? Em que medida essa concepção ajustou-se, ou não, às condições típicas desta sociedade? Estas as questões abordadas neste ensaio. Deste modo, mais do que o estudo da migração de idéias – conceitos, teorias, métodos de abordagem e interpretação, técnicas de pesquisa e preferências temáticas –, o que nos interessa é, antes, a questão da identidade do sociólogo no Brasil.

O estudo sociológico de qualquer tipo de identidade implica inevitavelmente o estudo do respectivo papel social¹ na medida em que estes dois conceitos estão indissociavelmente relacionados entre si, porém o que aqui nos interessa primariamente é o que o sociólogo pensa de si mesmo enquanto tal, como esse profissional concebe a si mesmo em relação à sua sociedade e, principalmente, o que ele acha que ele próprio

* Capítulo do livro inédito *Entre humanistas e messiânicos*.

deve ser, ou seja, a sua *autoconceituação valorativa*. Para tanto, tomamos como objeto de estudo a personalidade intelectual de Donald Pierson e o trabalho desenvolvido por esse sociólogo durante a sua longa permanência no Brasil, pelo muito que ele representou em um momento histórico de especial importância no processo de implantação e afirmação das ciências sociais entre nós.²

A questão da identidade do sociólogo não parece constituir um problema exclusivo e nem mesmo típico dessa categoria ocupacional nas sociedades do chamado Terceiro Mundo. Embora melhor definido no mundo capitalista desenvolvido, na proporção em que são mais amplas as possibilidades de sua assimilação institucional, o sociólogo está igualmente exposto nessas sociedades a tensões e oscilações quanto às expectativas de comportamento que definem o seu papel ocupacional. Todo movimento de crítica à prática da sociologia nos Estados Unidos desencadeado a partir de *A imaginação sociológica*, de Wright Mills (1959), prenunciado por Sorokin (1956), pode muito bem ser interpretado como reflexo de uma crise de identidade ocupacional entre alguns dos mais brilhantes sociólogos norte-americanos, crise da qual o ensaio de Mills foi provavelmente a mais duradoura expressão. Assim, não se trata de uma questão de choque de idéias ou de ideologias em jogo, mas primordialmente, do problema da definição do papel do sociólogo em conjunturas socioculturais específicas, ou, antes, da tentativa, em geral quixotesca, por parte de sociólogos de redefinir o seu papel em face da sociedade e, notadamente, diante daquelas que podem comprar o produto do seu trabalho.

Trata-se, enfim, do fato de que se a sociologia é um produto da sociedade burguesa, a definição das expectativas de comportamento que compõem o papel de sociólogo depende diretamente dos interesses das categorias dominantes nessa sociedade, e não do que os próprios sociólogos acham que deve ser o seu papel. Vista de ângulo menos convencional, portanto, a história da sociologia pode ser entendida como a trajetória de uma categoria ocupacional tentando definir o seu papel social em confronto com aquelas categorias das quais depende a sua sobrevivência – em última instância um jogo entre os sociólogos e a burguesia, que, freqüentemente, se tem transformado em luta da criatura contra o criador.

Para os sociólogos, a dimensão da gravidade do problema da sua identidade ocupacional decorre do fato de que, precisamente por ter ao seu alcance a possibilidade de uma percepção presumivelmente mais objetiva e clara da sua posição na sociedade, dificilmente podem eles escapar do constrangimento que essa situação implica. Daí, compreensivelmente, as tentativas literárias, principalmente a partir do manifesto de Mills (*Idem*), de insurgência, sempre quixotescas em maior ou menor grau, contra as definições do seu papel, do que dele se deve legitimamente esperar, impostas por quem pode comprar o frágil produto do seu trabalho. Merecedoras de respeito quando encaradas sob o prisma da éti-

ca, são, talvez por isto mesmo, quixotescas na medida em que, buscando sua razão de ser em sentimentos morais, são emocionalmente sobrecarregadas e, em conseqüência, passam ao largo da constatação sociológica de que não são os atores que definem os papéis que desempenham em sociedade, vale dizer, o que deles se deve esperar em cada posição que ocupam na hierarquia social, mas, ao contrário, os papéis constituem predominantemente uma realidade que escapa ao controle dos atores sociais, um *fato social*, portanto, no sentido estritamente durkheimiano da expressão.

Por trás deste problema – teórico, mas, igualmente, existencial – está a contradição original da sociologia, que, como observou Edward Shils (In Kuper e Kuper, 1989, p. 807), de um lado admite como um de seus postulados fundamentais que o comportamento individual e coletivo resulta em grande medida de forças exógenas em relação ao indivíduo, das quais ele não possui clara consciência, e, por outro lado, reivindica para si o papel de alterar a sociedade através da razão. Esta contradição está obviamente presente na perspectiva marxista, mas está do mesmo modo presente nas pretensões reformistas subjacentes a correntes não-marxistas da sociologia contemporânea.

Sociólogos, paradigmas e experiência social

A questão aqui formulada pode ser sociologicamente traduzida pelo menos de duas maneiras. Em primeiro lugar, pode dizer respeito às expectativas de comportamento padronizadas em relação ao *status* de sociólogo, ou seja, ao papel do sociólogo. Neste caso, estaremos interessados no que diferentes categorias sociais esperam do sociólogo como o comportamento legítimo desse profissional. Não que as expectativas dos sociólogos em relação a si mesmos não tenham importância para a definição do seu papel social, mas tais expectativas, diretamente derivadas do senso de identidade ocupacional e nem sempre conciliáveis com as expectativas de quem não ocupa a posição considerada, não são, em condições normais, as mais importantes na definição deste ou de qualquer outro papel social. Isto se dá precisamente porque as expectativas de comportamento padronizado específicas para cada posição social não são definidas pelo ator, porém, possuem existência exterior e independente em relação à vontade daquele, dos seus sentimentos morais e do seu sentido de identidade, seja esta profissional ou outra qualquer.

A segunda tradução sociológica possível da questão – a que aqui nos interessa de perto – é a que focaliza a atenção não no papel como realidade social objetiva e, até certo ponto, independente do ator social, mas, na identidade ocupacional do sociólogo. Neste caso, a questão pode ser mais precisamente formulada nos seguintes termos: o que acreditam os sociólogos que são e devem eles próprios ser na sociedade brasileira? Qual a identidade predominante do sociólogo no Brasil?

Vale, a esta altura, observar que a percepção por parte do ator social de como um dado papel por ele desempenhado é definido objetivamente na sua sociedade não corresponde necessariamente ao modo como o próprio ator acha que deve desempenhar o seu papel, ou seja, à sua identidade. O ator social, contudo, é tão mais ajustado ao seu papel e, em consequência, à sua sociedade na proporção em que a definição objetiva das expectativas de comportamento do papel, por um lado, e, por outro, o sentido subjetivo do *dever ser* do papel por parte do ator se harmonizam entre si. Em tais casos, é bastante difícil saber onde termina o papel e onde começa o senso de identidade por parte do ator social.

Esta última questão – a do possível conflito entre o sentido subjetivo de identidade ocupacional do sociólogo e a definição social objetiva do que outras categorias, do homem comum aos que controlam os meios de produção e de administração, esperam dele – já constitui por si mesma, sugestão de pesquisa empírica em torno da situação do sociólogo no Brasil. Mas, repita-se, o que aqui nos interessa é primariamente a questão da identidade do sociólogo entre nós, os modos como esse profissional tem percebido a si mesmo e se definido em termos normativos na sociedade brasileira a partir da década de trinta, quando, a rigor, a sociologia passa a ser exercida como ciência – e não especulação, quando não puro exercício de retórica, em torno do sentido da história da humanidade, em perspectiva evolucionista – no Brasil.

Já aqui nos deparamos com um problema sistematicamente negligenciado pelos estudiosos da história das ciências sociais no Brasil, mas que, pela pertinência em relação ao tema deste ensaio, merece um aparente desvio. Que queremos dizer com a expressão “sociologia como ciência”? Se para alguns a sociologia é ciência na medida em que os que a fazem adotam os mesmos cânones das ciências naturais, como entenderam Emile Durkheim e Robert E. Park, por exemplo, já para outros ela não poderia ser assimilada à idéia *naturwissenschaft*, pertencendo antes ao domínio da *geistwissenschaft*, como a entendeu e praticou Max Weber, adotando, portanto, perspectiva historicista e, como se tem usado denominar, humanística. Desse modo, estabelecer quando a sociologia passou a ser exercida como ciência no Brasil implica adotar previamente uma dada concepção desta ciência. |

Para Antônio Cândido, por exemplo, “o primeiro livro propriamente sociológico, no sentido estrito da palavra, só veio a aparecer entre nós em 1939: *Assimilação e populações marginais no Brasil*, de Emílio Willems”³, acrescentando que, antes da publicação desse livro, “de Euclides da Cunha a Gilberto Freyre, a sociologia aparecia mais como ‘ponto de vista’ do que como pesquisa objetiva da realidade presente.” (1980 p. 130). Está claro que “o sentido estrito” ao que se refere Cândido outro não é senão o naturalista, rigorosamente positivista, de investigação das relações sociais, avesso à história, como denota a caracterização da pesquisa sociológica como dizendo respeito à “realidade presente”, e não à

realidade pretérita, por maior que seja a importância desta última para a compreensão da "realidade presente".

Outra será, no entanto, a conclusão de quem adote concepção historicista da sociologia, entendendo-a, portanto, como *geistwissenschaft*. Para quem adote uma tal concepção de sociologia, não há dúvida de que a publicação de *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre, em 1933, representa o advento da sociologia como ciência no Brasil.

As concepções que os sociólogos possuem a respeito de si mesmos estão, parece óbvio, intrinsecamente ligadas a determinadas concepções de sociologia. Estas, por sua vez, estão relacionadas a estruturas e situações sociais específicas. Ocorre, no entanto, que, primariamente, é a sociedade que condiciona o sociólogo, enquanto pessoa, no curso da sua existência, a perceber o mundo e as idéias sobre o mundo – as da sociologia, inclusive – de determinada maneira. Como sabe qualquer sociólogo, não existe o cientista em estado puro, pairando angélico sobre o comum dos mortais, mas, colocando o problema em termos orteguianos, o que existe é o cientista e sua circunstância, sua biografia dentro de um determinado contexto histórico, sociocultural. Assim, não parece demais chamar a atenção para os perigos da reificação já não da sociedade, mas, da própria sociologia como concepção – ou, mais acertadamente, concepções – da sociedade e da condição humana, pois, para os propósitos deste ensaio, é crucial enfatizar que, a rigor, a sociologia, como qualquer outra ciência, somente existe enquanto pensada e praticada por seres humanos concretos, condicionados em seu modo de ver o mundo e exercer a sua profissão por situações sociais não menos concretas. Daí não situar-se, portanto, este ensaio no campo da história das idéias. Buscando a maior exatidão que nos é possível, podemos afirmar que este ensaio constitui antes uma tentativa de compreensão sociológica dos sociólogos, objeto fundamental deste ensaio, e secundariamente da sociologia no Brasil.

Tomamos como ponto de partida a hipótese de trabalho de que a sociologia existe porque existem sociólogos. A adoção deste pressuposto não implica, contudo, negar a verdade óbvia da afirmação oposta, a de que existem sociólogos por que existe sociologia, no sentido de que esta ciência já está bastante institucionalizada através de departamentos e cursos universitários em grande número de sociedades, e que as pessoas procuram esta ocupação porque existe tal aparato institucional, assim como um mercado de trabalho para sociólogos. Poder-se-á objetar que a primeira afirmativa somente é válida para os sociólogos criadores, os elaboradores de teorias originais, que, efetivamente, constituem, como ocorre em toda ciência, reduzida minoria em relação à totalidade dos que exercem a sociologia como profissão, seja como pesquisadores, técnicos em planejamento social ou, o que é mais freqüente, professores. Entendemos, porém, que o pressuposto inicial é também válido para a grande maioria constituída pelos que dão a sua contribuição à continuidade da

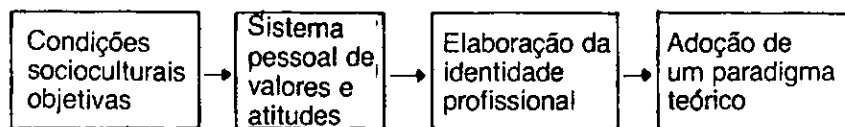
ciência, pois não há como negar o fato de que esta somente existe na medida não apenas em que existem indivíduos que elaboram e modificam teorias através da pesquisa avançada, mas, também, pessoas que asseguram a transmissão e a aplicação do conhecimento estabelecido como científico. Dessa maneira, interessam menos a este ensaio os paradigmas em disputa na história da sociologia no Brasil, e mais os modos através dos quais os sociólogos têm definido a si mesmos no período de 1930 a 1960, bem como tais autodefinições podem estar relacionadas às condições objetivas da vida social experimentadas pelos sociólogos.

Não significa este pressuposto que, nesta abordagem, terminemos por adotar a concepção monista do princípio básico do materialismo histórico, já suficientemente discutida por neomarxistas e não-marxistas (Aron, 1962; Althusser, 1969; Althusser, 1970; Gramsci, 1971). Admitindo o condicionamento – mas não determinação – das opções do sociólogo, tanto quanto ao paradigma teórico quanto, principalmente, à identidade ocupacional a adotar, por situações sociais objetivas não limitamos tais situações ao domínio do estritamente econômico. A idéia de situação social objetiva deve incluir, é claro, as condições econômicas, sem que estas, no entanto, tenham prioridade necessária sobre os domínios não-econômicos da vida social, como, por exemplo, aqueles relativos aos valores básicos e atitudes dominantes na cultura de qualquer sociedade e que perpassam a experiência cotidiana dos indivíduos em todos os campos das relações sociais.

De qualquer modo, queiramos ou não, aqui nos defrontamos com a velha questão do ovo e da galinha. Sem resvalar para a pretensão ingênua de equacionar o problema em termos mecanicistas, nada nos impede de perguntar o que vem primeiro: a adoção por parte do sociólogo de um determinado paradigma teórico, ou a elaboração de uma identidade ocupacional? Tomando como hipótese de trabalho o postulado de que a adoção de qualquer paradigma teórico não se dá fora de um quadro de valores e atitudes fixados na personalidade do sociólogo e que é com base em valores e atitudes que este elabora primariamente a sua identidade profissional, teremos, conseqüentemente, que admitir que a elaboração da identidade profissional tende a anteceder a adoção de qualquer paradigma por parte do sociólogo. Valores e atitudes constituem, portanto, o material bruto a partir do qual o sociólogo elabora a sua identidade ocupacional, enquanto o paradigma adotado funciona antes como instrumento de racionalização e reforço da identidade. Há que pensar, porém, na possibilidade de que algum sociólogo venha a elaborar a sua identidade em termos estritamente utilitários, com base predominantemente nas expectativas do mercado. Mesmo neste caso parece pertinente indagar até que ponto uma tal opção é possível se não há compatibilidade entre tais expectativas de comportamento e os valores e atitudes introjetados e desenvolvidos na personalidade do ator social.

Se admitimos como válido o postulado de que as situações socio-

culturais objetivas condicionam predominantemente o sistema pessoal de valores e atitudes do sociólogo, teremos de admitir que, em última instância, essas mesmas situações condicionarão a adoção de algum paradigma teórico por parte do sociólogo, de acordo com diagrama abaixo:



Em outras palavras, admitimos como hipótese de trabalho que o sociólogo filia-se a algum paradigma teórico antes por identificar-se com determinada concepção do que **deve ser** o sociólogo, e não o contrário; e, ainda, elabora determinada identidade ocupacional de acordo com a sua experiência social, a sua biografia, dentro do quadro sociocultural do seu tempo.

A questão, no entanto, apresenta sutilezas dignas de exame. Se parece coerente admitir como legítimo o postulado acima, não temos, por outro lado, o direito – sob o risco de ceder à tentação mecanicista, ou ao sociologismo mais primário – de colocar de lado a possibilidade de que algum paradigma teórico venha a alterar os valores e as atitudes de algum sociólogo e, em conseqüência, a sua identidade profissional. Esta questão nos mostra, mais uma vez, a impossibilidade de abordar com êxito os fenômenos da sociedade e do comportamento humano em geral em termos deterministas. E teríamos que voltar à questão, crucial para a ciência social, levantada por Max Weber na sua crítica ao princípio básico do materialismo histórico, que não cabe retornar neste ensaio.

Identities do sociólogo no Brasil

A interpretação empreendida neste ensaio tem como referência básica quatro concepções do papel e da identidade do sociólogo, formuladas como tipos ideais, presentes na história das ciências sociais no Brasil. São elas: a) a concepção retórico-doutrinária ou bacharelesca; b) a humanística; c) a pragmático-naturalista; d) a messiânica ou profética.

O tipo retórico-doutrinário diz respeito aos “sociólogos” das faculdades de direito da fase especulativa da sociologia no Brasil, dos fins do século passado até cerca de 1930. Como insinua a denominação, é como publicista e polemista que este tipo de “sociólogo” cultiva o seu saber e apresenta-se publicamente. Frequentemente voltado para as grandes questões nacionais, é, contudo, através de formulações teórico-dedutivas, mais próximas da filosofia da história (Comte, Spencer), importadas da Europa, que analisa e interpreta aquelas questões. No fundo, esse tipo de sociólogo está mais interessado em demonstrar novas doutrinas a respei-

to da sociedade do que em conhecê-la cientificamente, em que pese o rótulo de científico como indicativo da presumível superioridade do tipo de conhecimento que ele propaga.

O tipo humanístico compreende aqueles sociólogos que, embora conscientes das fronteiras entre as teorias especulativas e o conhecimento predominantemente empírico da realidade, não desprezam os recursos dedutivos e até mesmo intuitivos, quando não artísticos, nas suas análises e interpretações da vida social. São, no mais das vezes, embora não necessariamente, seduzidos pela história como fonte supostamente primordial do conhecimento científico da sociedade. Ao contrário do tipo retórico, porém, não se interessam pelas ambiciosas formulações teórico-dedutivas em torno do sentido evolutivo da história da humanidade como um todo. Para usar a expressão de Sorokin, são altamente ciosos da “elegante arte de pensar” (1929, p. 62) e, portanto, o sentido estético constitui um dos traços marcantes no trabalho desse tipo de sociólogo. Compreensível que ele guarde algum parentesco com o tipo retórico-doutrinário. O ensaio constitui a expressão mais representativa da produção desse tipo do qual Gilberto Freyre foi, sem dúvida, o exemplo mais acabado na vida intelectual brasileira. Esta é a concepção de sociologia e de sociólogo defendida por Wright Mills (1959), em contraposição à “teoria grandiosa” e ao “empirismo abstrato” da sua crítica (Idem). No entanto, a esta mesma categoria pertence Talcott Parsons, que Mills tão severamente criticou. Sua principal fonte de inspiração está no trabalho dos grandes mestres europeus da passagem do século XIX para o século XX, independentemente de distinções metodológicas, de Émile Durkheim a Max Weber, pois a inclinação ao ecletismo constitui, igualmente, uma das características mais marcantes nesse tipo. Para ele, a erudição, às vezes degenerando em enciclopedismo, é mais importante do que a especialização. É, aliás, o antiespecialista por excelência.

Ao tipo pragmático-naturalista pertencem aqueles sociólogos formados dentro da tradição enfaticamente empírica desenvolvida na Universidade de Chicago sob a liderança de William I. Thomas, Ernest W. Burgess e, principalmente, Robert E. Park. Distingue-se do tipo humanístico pela atitude francamente anti-historicista, assim como, complementarmente, pela valorização absoluta dos dados coletados em primeira mão como o material por excelência para a compreensão científica da sociedade.

Do ponto de vista metodológico, tanto pode seguir o tipo de orientação convencionalmente denominada de qualitativa, de acordo com a tradição acentuadamente etnográfica da chamada “Escola de Chicago”, quanto a orientação quantitativa estabelecida por William F. Ogburn a partir de 1927 no departamento de sociologia da Universidade de Chicago. De qualquer modo, esse tipo de sociólogo merece o qualificativo de pragmático não por estar voltado para pesquisas cujos resultados tenham imediata aplicação à resolução de problemas sociais, mas pelo fato de

que, consciente da indissociável ligação entre teoria e prática – uma das premissas básicas do pragmatismo –, entende, no entanto, que a condição necessária a qualquer desdobramento prático que a pesquisa sociológica possa ter está apenas no rigor empírico com que esta é conduzida, e não em algum pressuposto extracientífico. Não deve, contudo, ser identificado com o praticante do “empirismo abstrato” da crítica de Mills (1959), não sendo essa modalidade de pesquisa senão versão distorcida da concepção de sociologia aqui denominada de pragmática.

Outro traço distintivo básico desse tipo de sociólogo em relação ao tipo humanístico está, compreensivelmente, na ênfase nos aspectos microssociais, diretamente verificáveis, da experiência coletiva e, em consequência, na meticulosa cautela quanto ao estabelecimento de qualquer generalização de possível alcance macrossocial. Ao contrário dos tipos retórico, humanístico e messiânico, que guardam algum parentesco entre si, o pragmático-naturalista não tem parentesco direto algum com os demais tipos. Finalmente, o pragmático-naturalista, ao contrário do humanista, é o especialista por excelência.

Ao tipo messiânico ou apostólico⁴ pertencem aqueles sociólogos que acreditam-se moralmente submetidos, enquanto sociólogos, à missão de denunciar as fontes da injustiça social e, por este meio, contribuir para a mudança radical da sociedade. Não deve, obviamente, ser confundido com o tipo reformista (característico da fase protocientífica da sociologia nos Estados Unidos, porém, ao que tudo indica, ausente na história da sociologia no Brasil), na medida em que este, como a expressão denota, não pretende mudar a estrutura econômica e política básica da sociedade, mas, apenas, contribuir para o seu presumível aperfeiçoamento. No seu pendor dogmático e doutrinário, filia-se à tradição retórica, enquanto pelo eventual apreço pela história está aparentado ao tipo humanístico, como é o caso de Caio Prado Júnior. A idéia de “sociologia crítica”, de Herbert Marcuse, representa provavelmente a tentativa mais conspícua de elaboração de um programa para esse tipo de sociólogo (Marcuse, 1962), que, no Brasil, tem em Florestan Fernandes a sua personificação emblemática. Algumas vezes, o sociólogo messiânico é puro desdobramento do humanístico, como é o caso do mesmo Florestan Fernandes e de Wright Mills. Este, cultivando-se como um humanista típico na maior parte da sua produção intelectual, expressa-se como um messiânico em *Listen Yankee: The Revolution in Cuba* (1960).

Propósitos, métodos e problemas

Ao voltar ao Brasil em 1939, já não como candidato ao título de Ph. D., porém como professor da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo, Donald Pierson trouxe não apenas idéias novas para o ambiente acadêmico-sociológico brasileiro, mas, notadamente, um modo de

ser sociólogo, um modelo de identidade para esse profissional: a do sociólogo pragmático. Avaliar em que medida esse modelo pôde ser assimilado pela sociedade brasileira constitui a questão principal a ser explorada neste ensaio. Relacionadas a este problema, outras questões são discutidas, tais como o lugar e as condições de desenvolvimento das concepções humanista e messiânica do papel do sociólogo no Brasil.

Do ponto de vista metodológico, este ensaio filia-se à tradição weberiana, não apenas pela utilização de formulações típico-ideais, mas, igualmente, pelo uso exclusivo da compreensão como instrumento de captação dos significados do discurso dos sociólogos abordados, de vez que não recorremos a critério quantitativo algum de demonstração.

Como acontece com formulações típico-ideais, a tipologia que serve de referência à análise e interpretação aqui desenvolvidas peca provavelmente pelo exagero e pela simplificação. Classificar um pensador do porte de Sívio Romero, por exemplo, como retórico-doutrinário poderá constituir motivo de indignação a quem esteja familiarizado com a contribuição desse autor ao desenvolvimento de uma atitude científica na abordagem dos fenômenos socioculturais entre nós.

A tipologia aqui proposta demanda seguramente revisões e subclassificações que possibilitem uma melhor compreensão do problema abordado. O tipo humanístico, por exemplo, talvez mereça ser desdobrado em dois subtipos: o historicista e o lógico-dedutivo. Outros problemas podem, ainda, ser levantados a partir da mesma tipologia. Por exemplo: como classificar a *Introdução à sociologia*, de Pontes de Miranda, publicada em 1926? Como produção de um retórico-doutrinário, ou de um humanista do subtipo lógico-dedutivo? Se nos detivermos na localização estritamente cronológica da obra e na formação jurídica do autor, este figurará entre os retóricos-doutrinários da fase especulativa da sociologia no Brasil, se atentarmos para o nível de elaboração formal do livro, este situará seu autor entre os humanistas do subtipo lógico-dedutivo. São questões que este autor deixa em aberto, em razão da menor relevância em relação ao tema específico deste ensaio.

- 1 Entendemos papel social no sentido codificado por Ralf Dahrendorf em "Homo Sociologicus", ou seja, como conjunto de expectativas de comportamento padronizado para cada posição social (Dahrendorf, 1968, p. 19–87).
- 2 A contribuição de Pierson ao desenvolvimento das ciências sociais no Brasil não se restringiu à sociologia, mas inclui também o campo da antropologia cultural. A propósito, observa Mariza Corrêa que "foi na área da Antropologia que a sua contribuição às Ciências Sociais no Brasil foi importante. . ." (1987, p. 16).
- 3 Há equívoco da parte de Antônio Cândido quanto à data de publicação do livro de Emílio Willems, que foi 1940, e não 1939.
- 4 Ver, a propósito, a classificação de tipos de "tradição intelectual" elaborada por Edward Shils (1982 : p. 193–200) e, especialmente, a sua interpretação da origem da "tradição revolucionária" (Ibid.: p. 198–9). Observa Shils (Idem) que, embora esteja esta tradição ligada em suas origens ao cientismo e ao romantismo, é à velha tradição "apocalíptica" ou "milénarista" que remonta as suas raízes.

BIBLIOGRAFIA

- 1 ALTHUSSER, L. *For Marx*, London: Allen Lane, The Penguin Press, 1969 (1966).
- 2 ARON, Raymond. *Dix-huit leçons sur la société industrielle*. Paris: Gallimard, 1962.
- 3 CÂNDIDO, Antônio, *Literatura e sociedade*. 6 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- 4 GRAMSCI, Antonio. *Selections from the Prison Notebook*. London: New Left Books, 1971.
- 5 KUPER, Adam e KUPER, Jessica (Orgs.) *The Social Science Encyclopedia*. London / New York: Routledge, 1989.
- 6 MILLS, C. Wright. *The Sociological Imagination*. New York: Oxford University Press, 1959.
- 7 *Listen Yankee: The Revolution in Cuba*. New York: Oxford University Press, 1960.
- 8 MIRANDA, Pontes de. *Introdução à Sociologia Geral*. Rio de Janeiro: Pimenta de Mello e C, 1962.

